

ADRIANA FERNANDES



E-MAIL: ADRIANA.FERNANDES@ESTADAO.COM

## Austeridade fiscal seletiva

O Orçamento de 2021 é a melhor síntese do Brasil de hoje da pandemia da covid-19. Na semana em que o número de vítimas da doença supera a irreparável marca de 3 mil mortes por dia, senadores e deputados fazem a escolha da guerra que acham mais importante para o País.

Parlamentares brigam pela ampliação de mais e mais emendas, numa ação tipicamente paroquial, e reafirmam um orçamento de investimentos que tem o Ministério da Defesa liderando o topo do ranking de quem terá mais recursos em 2021.

Os militares abocanharam 22% (R\$ 8,3 bilhões) de todos os investi-

mentos previstos e tiraram espaço do que poderia ser destinado ao enfrentamento da guerra real que trava a população brasileira, o combate do vírus.

Os militares já tinham sido blindados pelos parlamentares e ficaram de fora do congelamento de salários até dezembro deste ano, aprovado no ano passado, e do alcance dos gatilhos (medidas corretivas) de ajuste fiscal.

O Ministério da Defesa se irrita ao máximo quando a mídia aponta o dedo para a "austeridade fiscal seletiva" que vem sendo praticada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. E o Congresso, na esteira do Palácio do Planalto, sucumbe ao ataque das corações amigas do presidente e do

varejo político do Orçamento. Quem paga a conta é o SUS e outras áreas relevantes para o combate da covid-19, que poderiam ter recebido mais dinheiro para enfrentar 2021.

O Congresso não poderia ter passado um pente-fino nos investimentos bilionários das Forças Armadas? Não poderia ter postergando os efeitos da lei que concedeu uma reestruturação das carreiras aos militares? A guerra de hoje não precisa de blindados, cargueiros e submarinos nucleares para ser vencida.

### O Congresso não poderia ter passado um pente-fino nos investimentos militares?

Ao contrário de todas as evidências, os militares pregam que a reestruturação das carreiras não é reajuste e argumentam que houve economia com a reforma do seu Sistema de Proteção Social. Esquecem que servidores civis, por exemplo, também foram atingidos com a reforma da Previdência e, mesmo assim, estão com os salários congelados.

Insistem no ponto de que o nível de

investimento está no patamar histórico de 20%, desde 2015 e que se refere basicamente a projetos de longo prazo, compromissos assumidos em governos passados, com complexidade tecnológica e essenciais à capacidade mínima de defesa, gerando empregos.

Preferem chamar de equivocadas as pessoas que ousam discordar deles. A realidade, porém, é bem outra. Nem todos os projetos são antigos ou não podem ser continuados. Numa guerra, se muda a estratégia para vencê-la.

O Congresso comprou a guerra "com pólvora" do presidente em troca de emendas e da garantia de que no futuro elas serão pagas. Não foram coesos em aumentar os recursos para saúde, que teve seu orçamento elevado em pouco mais de R\$ 1 bilhão - ganho muito tímido diante do desafio do momento. Foi blefe total a proposta que partiu de lideranças há alguns meses de destinar todas as emendas dos parlamentares para o combate da doença.

Enquanto isso, na guerra de bastidores da votação do Orçamento, a verdadeira disputa que acontece na negociação do Orçamento é a que tenta resolver um rombo de quase R\$ 40 bi-

lhões no espaço do teto de gastos para acomodar: R\$ 16 bilhões como contrapartida ao acordo para aprovação da PEC do auxílio; R\$ 6 bilhões para obras do governo no orçamento do ministro Rogério Marinho e mais R\$ 17,5 bilhões que o próprio Ministério da Economia apontou em relatório enviado ao Congresso, antes da votação, que faltam cortar para não ter estouro do limite de despesas. Marinho recebeu R\$ 1,3 bilhão de emenda do relator.

E uma parte desse buraco será acomodada com mudança no calendário de pagamento do abono salarial, que vai liberar R\$ 7,45 bilhões. O abono é aquele benefício que Bolsonaro disse que não ia mudar com a frase emblemática de que "não iria tirar dos mais pobres para dar aos paupérrimos".

Como resumiu o especialista em contas públicas do Senado, Leonardo Ribeiro, este é orçamento cowboy: quem sacar primeiro leva.

\* REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUI. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

# Crédito para novo BEm deve ser de até R\$ 9 bi

Benefício para quem tiver salário reduzido ou contrato suspenso deve ser limitado

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O Ministério da Economia quer limitar em até R\$ 9 bilhões o valor do crédito extraordinário para a abertura de uma nova rodada do benefício emergencial (BEm), pago a trabalhadores que fizeram novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contratos.

Entre editar uma Medida Provisória (MP) com crédito extraordinário para o pagamento do benefício e acionar o "botão" do estado de calamidade, a equipe econômica prefere a primeira opção para não dar um "cheque em branco" de aumento do endividamento público nessa nova fase da pandemia.

O Estadão apurou que a estratégia é cancelar os restos a pagar (RAPs), despesas transferidas de 2020 para 2021, referentes a esse benefício, uma espécie de complemento de renda. O volume desses restos a pagar está em torno de R\$ 7 bi-

lhões, mas nem todo esse valor poderá ser cancelado porque há, inclusive, demandas judiciais referentes ao auxílio pago no ano passado. Esses RAPs são também de créditos extraordinários, que ficam fora do teto de gasto, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

O governo ainda não bateu o martelo do valor do crédito extraordinário para o pagamento do benefício para o trabalhador que tiver o salário reduzido ou o contrato suspenso pois ainda faz avaliação de quanto precisará reservar para o programa num cenário de incerteza.

O governo estima que a nova rodada de reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato deva alcançar entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores e R\$ 6,5 bilhões.

'Extrateto'. O governo tem previsto para este ano R\$ 80 bilhões de gastos chamados de



Nova rodada de benefício. Equipe econômica prefere usar crédito extraordinário para programa de compensação salarial

● **Custo do programa**  
**R\$ 6,5 bilhões** deve ser o custo máximo da nova rodada de cortes de jornada e salário ou suspensão de contrato deva alcançar entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores

"extrateto", ou seja que podem ficar fora do limite do teto de gastos: R\$ 36 bilhões de RAPs, originados do orçamento de "guerra" de 2020 que ficaram para serem pagos em 2021, e mais R\$ 44 bilhões da nova rodada do auxílio emergencial que começa a ser paga em abril.

A equipe econômica tenta controlar esses gastos extraordinários porque, ao contrário do que aconteceu no ano passado

com o "orçamento de guerra", em 2021 as regras fiscais estão valendo, entre elas, a meta de resultado primário, que permite rombo de R\$ 247,1 bilhões este ano - em 2020, as despesas superaram as receitas em R\$ 744 bilhões. Se os gastos subirem muito, mesmo que fora do teto, a meta terá que ser alterada para ampliar o déficit previsto.

Por isso, segundo fontes da área econômica, o cancelamento de RAPs é fiscalmente neutro e uma importante sinalização para o mercado que renovou as preocupações com o risco fiscal durante essa fase final de negociação do Orçamento e piora da pandemia por exigir mais medidas de combate ao impacto da crise, como a suspensão do pagamento de tributos para pequenos negócios anunciada ontem.

## Abono muda datas e libera R\$ 7,5 bi no Orçamento de 2021

● Uma mudança no calendário de pagamento do abono salarial deve liberar R\$ 7,456 bilhões no Orçamento de 2021 e no teto de gastos. Governo e representantes de trabalhadores e empregadores decidiram, na terça-feira adiar o cronograma para que o pagamento do benefício, devido a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos, seja feito dentro de um mesmo ano.

Com isso, 23 milhões de trabalhadores com carteira assinada

que preencheram os critérios do abono em 2020 vão receber o benefício a partir do fim de janeiro de 2022 e não mais a partir de julho deste ano. O abono é pago no valor de um salário mínimo (hoje em R\$ 1.100 e previsto em R\$ 1.147 para o ano que vem).

Hoje, os repasses do abono salarial começam em julho de um ano e se estendem até junho do período seguinte. Mas um relatório preliminar da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou uma "inconformidade" nesse formato, uma vez que o governo divide o empenho dos recursos (a primeira fase do gasto, quando há o reconhecimento do compromisso de despesa) em dois anos. /IDIANA TOMAZELLI

# Dezesseis governadores pedem auxílio emergencial de R\$ 600

Mercado vê ameaça fiscal em pedido e puxa dólar para cima; moeda dos EUA sobe 2,25% e fecha o dia em R\$ 5,63

Nicholas Shores

Em carta aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do

Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), governadores de 16 Estados pedem que o Congresso disponibilize recursos necessários para que os valores da nova rodada do auxílio emergencial sejam superiores aos estabelecidos pelo governo federal em medida provisória, de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375. Eles defendem que a reedição do socorro a vulneráveis na pandemia repita

a quantia mensal de R\$ 600 e os critérios de acesso adotados nos oito desembolsos feitos em 2020.

Os governadores que assinaram a carta reforçam a dramaticidade do cenário no País com novos recordes de mortes diárias pela covid-19, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos para intubações de pacientes graves e es-

gotamento dos profissionais da saúde. Lembram, também, que o calendário de vacinação e a obtenção de novas doses dos imunizantes contra o coronavírus estão mais lentos do que as respostas necessárias para reverter o quadro atual.

Os signatários apontam ainda que, não obstante sua reivindicação, entendem a importância de o País manter o compromisso com a responsabilidade fiscal para, "logo à frente", voltar a uma trajetória de ajuste das contas públicas que compatibilize programas sociais com formas responsáveis de financiá-los. "É importante entender o esforço de mitigação da crise atual para os mais vulneráveis como extraordinário e temporário", dizem.

Dólar. O mercado porém não considerou essa última parte e logo após a divulgação da carta dos governadores o dólar, que já vinha em alta, ampliou esse movimento fechando o dia em alta de 2,25% valendo R\$ 5,63./ COLABOROU SIMONE CAVALCANTI

## Sob críticas, Congresso vota Orçamento hoje

Daniel Weterman / BRASÍLIA

O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), criticou o patamar de investimentos dos militares do Orçamento de 2021. O projeto deve ser votado nesta quinta-feira pelo Congresso Nacional e há pressão por mais recursos para obras e saúde, em meio à pandemia de covid-19.

A peça orçamentária destina R\$ 8,3 bilhões para investimentos do Ministério da Defesa, um quinto (22%) do total para todo o governo federal, conforme relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentado ontem.

O líder da minoria comunicou que o PT tentará reverter o cenário, apesar de não haver esse movimento em grupos fora da oposição.

Os militares também são a única categoria que deve ser contemplada este ano com rea-

juste, o que deve consumir outros R\$ 7,1 bilhões dos cofres públicos, enquanto todo o restante do funcionalismo está com o salário congelado até dezembro. Como o aumento é autorizado por leis anteriores, com aval do próprio Congresso Nacional, o orçamento é obrigado a considerar essa projeção.

"Os militares vão receber reajuste salarial e um quinto dos investimentos federais enquanto a saúde está em colapso. É assim que Bolsonaro demonstra sua preocupação com o Brasil e com os brasileiros?", questionou Prates em declaração enviada à imprensa.

"É um absurdo que, num momento como este, o governo trabalhe por aumentos salariais para as Forças Armadas e deixe de lado a pandemia", afirma o parlamentar.

"Não tem cabimento eleger os militares como privilegiados no meio de uma pandemia e no rastro de um governo incapaz de reduzir despesas públicas", criticou o cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CPL), Luiz Felipe D'Ávila.

**MERCADO IMOBILIÁRIO**

Deseja saber qual o Maior e Melhor Aproveitamento para seu terreno ou gleba? Contrate uma de nossas opções de estudos e identifique as melhores oportunidades de ocupação, com dimensionamento da oferta/demanda e retorno de seu investimento.

Solicite um orçamento sem compromisso!

embraesp.com.br estudos@embraesp.com.br

(11) 3665-1590  
(11) 99913-5823  
(11) 99524-5823

**EMBRAESP**